

# POLÍTICA DE GESTÃO DOS RISCOS CLIMÁTICOS E AMBIENTAIS

OS 08/2024



Caixa Angola  
Banco Caixa Geral Angola

# ÍNDICE

ENQUADRAMENTO.....	3
ÂMBITO .....	3
PRINCÍPIOS GERAIS DE GESTÃO DOS RISCOS C&E .....	3
GOVERNAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DOS RISCOS C&E .....	3
IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS RISCOS C&E .....	4
AVALIAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DOS RISCOS .....	4
PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO EXTERNA .....	4

## ENQUADRAMENTO

O Banco Caixa Geral Angola (“BCGA”) encontra-se sediado numa geografia que o sujeita ao reporte ao Banco Nacional de Angola (“BNA”). Não obstante, o BCGA está integrado no Grupo Caixa Geral de Depósitos (CGD), tendo por isso obrigações de reporte ao Regulador e Supervisor europeus, respectivamente, a Autoridade Bancária Europeia (*European Banking Authority* – EBA) e o Banco Central Europeu (BCE).

O Conselho de Administração do Banco Caixa Geral Angola reconhece que os riscos climáticos & ambientais (*‘Climate & Environmental Risks’*, na sigla inglesa riscos “C&E”) podem apresentar um impacto relevante nas demais categorias de risco, em resultado da transversalidade dos factores que lhe estão associados.

## ÂMBITO

A Política de Gestão dos Riscos Climáticos e Ambientais, estabelece o modelo de governação, os princípios de replicabilidade e da auditabilidade e, globalmente, descreve a organização e os processos associados à gestão dos riscos climáticos e ambientais no Grupo CGD, onde se encontra incluído o BCGA.

## PRINCÍPIOS GERAIS DE GESTÃO DOS RISCOS C&E

- Natureza transversal dos riscos C&E;
- Visão a prazo sobre os riscos C&E;
- Gestão e controlo integrado dos riscos *ESG*;
- Orientações prestadas pelas taxonomias ligadas à sustentabilidade;
- Promoção activa de negócio sustentável enquanto abordagem de gestão de riscos C&E.

## GOVERNAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO DOS RISCOS C&E

O Conselho de Administração do BCGA (CA) é o órgão que assume a responsabilidade global pelo sistema de gestão dos riscos do BCGA, definindo e supervisionando os princípios que o suportam. No que respeita aos riscos C&E, o CA é apoiado pelo Comité de Riscos e, órgão que, quando aplicável, emitem recomendações relativas à gestão destes riscos.

A Comissão Executiva (CE) assegura o desenvolvimento do negócio no quadro de apetência pelos riscos C&E aprovado, bem como a implementação e manutenção de um sistema de gestão do risco adequado e eficaz.

O Comité de Sustentabilidade (CSU) é o órgão consultivo da Comissão Executiva que supervisiona a gestão e orienta a decisão quanto à implementação da Estratégia de Sustentabilidade.

Compete aos órgãos de administração ou de gestão de topo do BCGA, enquanto responsáveis pelo desenvolvimento do negócio e pela gestão local do risco, assegurar a implementação da Política aprovada na Instituição.

A primeira linha de defesa é uma responsabilidade de todos os OEs do BCGA, os quais devem actuar de forma pró-activa e contínua na identificação, documentação e avaliação do risco C&E associado às actividades empreendidas pelo BCGA, e proceder de maneira tempestiva ao respectivo acompanhamento e implementação de acções mitigadoras.

Segunda linha, a Função de Gestão de Risco, em articulação com o *Chief Risk Officer* (CRO) do BCGA, é responsável por assegurar a existência de um processo adequado e eficaz de gestão dos riscos climáticos e ambientais ao nível do BCGA, em coordenação com os responsáveis da Função de Gestão de Risco da GCD.

Terceira linha, ainda de acordo com o modelo de três linhas, a Função de Auditoria Interna cabe à Direcção de Auditoria Interna do BCGA.

## IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS RISCOS C&E

- a) Análise sobre o modo como os riscos C&E influenciam as diferentes categorias de risco, incluindo o risco de liquidez, o risco de crédito, o risco operacional, o risco de mercado, o risco reputacional e quaisquer outros riscos materialmente relevantes em termos de fundos próprios;
- b) Análise das concentrações que os riscos C&E poderão gerar a nível das diferentes categorias de risco;
- c) Considerar na análise os diferentes *drivers* de risco, nomeadamente os *drivers* de risco de transição e os *drivers* de risco físico, incluindo as vulnerabilidades dos (sub)sectores económicos, bem como as localizações operacionais e físicas da instituição e dos seus clientes e contrapartes;
- d) Considerar na análise, informação dos exercícios de testes de esforço, ICAAP e *Internal Liquidity Adequacy Assessment Process* - ILAAP, sempre que aplicável;
- e) A definição de limites internos e controlos consistentes com a tolerância ao risco da instituição;
- f) Cumprimento dos princípios que devem ser observados nos processos de aprovação interna de novos produtos e serviços, com o objectivo de assegurar que se enquadram na estratégia do BCGA.

## AVALIAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DOS RISCOS

- a) **Risco de mercado:** as posições, directas ou indirectas, sobre o segmento empresarial têm o seu valor de mercado directamente dependente das suas variáveis de risco de crédito.
- b) **Risco operacional:** considera-se que o risco operacional, na vertente de impacto nos activos físicos e actividade da instituição, é salvaguardado pelos controlos existentes ao nível do plano de continuidade de negócio (PCN).
- c) **Risco de liquidez:** as abordagens em matéria de risco de liquidez estão directamente associadas aos resultados do risco de mercado, através da composição do '*buffer*' de liquidez e '*counterbalancing capacity*' da instituição.

## PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO EXTERNA

O BCGA assegura o cumprimento das obrigações de reporte externo e prudencial, destacando-se as seguintes rotinas de prestação de informação transversais, podendo o BCGA ser convidado a participar na informação para o Grupo:

- Relatório de sustentabilidade;
- Disciplina de mercado (Pilar 3);
- Divulgações legais obrigatórias.